

Editorial

A história da luta pelos direitos humanos no Brasil ganhou um episódio marcante em março de 2013. A eleição do Pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados agitou o noticiário e a atuação dos movimentos sociais. Resultado de acordos políticos, tal eleição teve sua legitimidade questionada por vários grupos sociais. Esse episódio nos convida a pensar os impasses da representação política e o lugar da religião e das minorias na construção da democracia.

Nos últimos anos, observamos como o fortalecimento de um discurso religioso tem contribuído para uma moralização do debate político e para a marginalização de setores da sociedade brasileira. Esse processo produz uma inversão paradoxal na definição de quem são os oprimidos e os opressores, e faz crer que a luta das minorias consiste na busca de privilégios. Dessa forma, não se reconhece a diferença e, pela retórica da denúncia, busca se combater e criminalizar as ações dos movimentos sociais.

Frente aos tímidos avanços na luta pelos direitos das minorias, por vezes realizados junto ao Poder Judiciário, e não pelas mãos do Poder Legislativo, certos representantes políticos reagem indignados e conclamam a necessidade de se ouvir o povo por meio de um plebiscito. Esse instrumento permitiria que a população expressasse diretamente seu desejo por meio do voto. Porém, pedir que a maioria defina os direitos das minorias, sem considerar a diferença que as constitui, é novamente criar condições para a opressão.

No enfrentamento desses impasses, o projeto democrático deve afirmar o reconhecimento da diferença na construção da igualdade. Assim, não se trata simplesmente de garantir que os diferentes grupos possuam representantes no debate político. É necessário que o respeito à diferença seja o principal orientador

do debate, e que as demandas dos grupos sociais sejam analisadas a partir do reconhecimento da diversidade como constituinte do ser humano. Caso contrário, a representação política corre o risco de se tornar um exercício de opressão e de manutenção da desigualdade social.

Assim, na busca de construção de uma sociedade democrática, é fundamental que os vários modos de participação se pautem pelo reconhecimento da diferença. A eleição, o voto e a representação política são apenas algumas formas institucionais associadas ao projeto democrático, mas que não garantem sua efetivação. Além disso, é necessário apoiar a resistência a qualquer tentativa de negação da diversidade e de afirmação de um fundamentalismo religioso, tal como tem ocorrido nesse episódio, envolvendo representantes de diferentes movimentos sociais, inclusive religiosos! É preciso que a democracia seja o exercício da justiça, da inclusão e da solidariedade.

A uma Psicologia que se pretende crítica e engajada, cabe estar atenta, analisar, se posicionar, denunciar, e se comprometer por meio de propostas que ampliem o imaginário democrático. Apenas dessa forma, ela tornará possível a construção de uma sociedade calcada na defesa das minorias e nos princípios dos direitos humanos.

Claudia Mayorga
Emerson Rasera
Marco Aurélio Máximo Prado

Editores